

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

Tainah Soares de Oliveira

Graduanda em ciências contábeis, Universidade Federal de Viçosa
tainah.oliveira@ufv.br

25

Carlos Eduardo Artiaga Paula

Mestre em direito, Universidade Federal de Viçosa
carlosedart@gmail.com

Resumo

O presente artigo relata a experiência e os dados colhidos com o desenvolvimento do projeto de extensão aplicado na Universidade Federal de Viçosa -*campus* Rio Paranaíba, denominado “A ciência jurídica aplicada às práticas administrativas e contábeis”. O referido projeto, realizado no ano de 2015, tem como objetivo a integralização das disciplinas jurídicas de direito às áreas de contabilidade e administração, tendo em vista a aproximação entre teoria e prática e o entendimento da sociedade acerca dos seus direitos e deveres, sendo desenvolvido por meio de minicursos práticos, *folders* informativos, bancos de notícias em *sites* de relacionamento. O referido projeto foi socialmente relevante uma vez que possibilitou ao discente e aos membros da sociedade conhecer e aplicar os ensinamentos jurídicos em sua realidade. Além disso, propôs uma efetiva participação e inclusão social em respeito ao ideal democrático.

Palavras chave: Educação. Extensão Universitária. Direito. Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

A educação é uma garantia constitucional que estimula a capacidade cultural, científica, tecnológica e o pensamento reflexivo. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 259) a educação superior:

[...] Tem por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino. Objetiva-se estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de pesquisa e a investigação científica e promovendo a extensão. Visa divulgar à população a criação cultural e a pesquisa científica e

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

tecnológica geradas nas instituições que oferecem a formação em nível superior e produzem conhecimento.

Dessa maneira, a função da Universidade seria a de ensinar, pesquisar e exercer atividades extensionistas. Essas três funções são indissociáveis, buscando uma aproximação entre a Universidade e a sociedade, visto que o ensino não é somente transmitido em sala de aula, mas também por outros meios, como as pesquisas, pelas quais os alunos têm a possibilidade de novas descobertas e criação de novos conhecimentos. A extensão é articuladora do ensino e pesquisa, o que viabiliza a relação entre a universidade e a sociedade, uma vez que socializa o conhecimento e promove o diálogo entre o saber científico e o saber popular.

Tendo em vista esse conceito de indissociabilidade, desenvolveu-se o projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis” que tem como objetivo principal a integralização das disciplinas jurídicas ministradas na Universidade Federal de Viçosa-*campus* Rio Paranaíba, que são direito de empresa, consumidor, tributário, trabalhista, previdenciário, instituições de direito aos cursos de ciências contábeis e administração.

A pesquisa, o ensino e a extensão são inerentes e o conhecimento produzido e assimilado na universidade deve ser levado à sociedade, possibilitando que a comunidade compreenda e exerça seus direitos e deveres. Esse projeto teve como norte a aproximação entre a teoria e a prática, assim como possui vínculos com o ensino, em razão de seus objetivos didáticos, isto é, de ensinar e difundir o saber. Está, ainda, indissociavelmente ligado à pesquisa, pois os cursos e materiais foram elaborados mediante a busca e formulação de informações.

Assim sendo, buscou-se promover um entendimento desses direitos e deveres, relacionados às práticas administrativas e contábeis, através dos recursos jurídicos e legais disponíveis, mediante aproximação entre Universidade e sociedade relacionando os conhecimentos científicos ao dia a dia com um linguajar de fácil acesso.

O presente artigo tem como objetivo principal divulgar as ações e os resultados do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”, verificando-se se o projeto conseguiu alcançar as metas que se propôs.

Além do mais, para o desenvolvimento do presente artigo, utilizou-se a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e o procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica. A pesquisa é descritiva, pois este artigo tem o intuito de descrever as atividades realizadas pelo projeto de extensão. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 52) as pesquisas são classificadas como descritivas quando [...] “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”.

A presente pesquisa é classificada como bibliográfica, visto que foi elaborada com base em livros, artigos científicos, dissertações ou teses; e possui abordagem qualitativa. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), esse tipo de pesquisa “não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, ou seja, está relacionada com a compreensão e explicação da análise e não com sua quantificação. Além do mais, a técnica utilizada para coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de questionários estruturados.

O embasamento teórico para a realização do projeto foi por meio da pedagogia de Paulo Freire, que estabelece que não há ensinamento sem a vivência prática e afirma que a reflexão crítica da prática é uma imposição da relação teoria e prática, sem a qual a teoria poderá se

transformar em apenas palavras e a prática em ativismo. Os professores devem ser sujeitos da realização do saber, bem como o ensino não é apenas transmitir conhecimento e sim produzir e construí-lo (FREIRE, 2011).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA RELACIONADA AO ENSINO JURÍDICO PARA OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Educação é indispensável para o desenvolvimento completo do homem, tanto na sua capacidade física como intelectual e moral, pois visa o pleno desenvolvimento da pessoa humana, conforme compactua Moran (2007, p. 11):

A educação é um todo complexo e abrangente, que não se resolve só dentro da sala de aula. Ela envolve todos os cidadãos, as organizações e o Estado, e depende intimamente de políticas públicas e institucionais coerentes, sérias e inovadoras.

A educação é garantida pela Constituição Federal de 1988 que, em seu art. 205, estabelece ser ela direito de todos e dever do Estado e da família. Ademais, tal relevante direito será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição protege a educação em todos os seus níveis – seja o básico, fundamental e inclusive o superior. Neste último caso, nossa Lei Superior privilegia a igualdade de condições para o acesso e gratuidade do ensino em estabelecimentos públicos.

Para atender a esse ideal, o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 confere às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeiro-patrimonial. Com essas prerrogativas, deve a universidade proporcionar uma educação que vá além da formação profissional, buscando estimular a capacidade cultural, científica, tecnológica e o pensamento reflexivo de cada indivíduo, além de formar profissionais em diferentes áreas de conhecimentos. Visa, ainda, incentivar a pesquisa e a investigação científica, tendo em vista desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Observa-se, portanto, a necessidade de a Universidade congrega diversas funções, organizadas em um quadripé indissociável, formado por ensino, pesquisa, extensão e também a gestão pública universitária.

O primeiro pilar universitário – o ensino – é, segundo Libâneo (1994 p.23), “o principal meio e fator da educação, ainda que não o único e, por isso, destaca-se como campo principal da instrução e educação”. Refere-se às ações, aos meios e às condições para a realização da instrução.

Já a pesquisa, por sua vez, tem definição mais ampla, recebendo vários significados. Conforme Demo (2005, apud Assis e Bonifácio, 2011, p.40):

A pesquisa deve ser vista como um processo social que perpassa toda a vida acadêmica, do professor e do aluno. Não se pode falar de Universidade sem pesquisa, se a compreendermos como descoberta e criação. Pesquisar, assim, é sempre produzir conhecimento do outro para si e de si para o outro. Pesquisar coincide com a vontade de viver, de mudar, de transformar, de recomeçar.

Outro pilar universitário é a extensão universitária, compreendida como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 2012), extensão é uma das práticas acadêmicas com potencial para interpretar, nas universidades, as demandas que a sociedade impõe, uma vez que permite socializar o conhecimento e promover o diálogo entre o saber científico e o saber popular.

Por fim, a gestão pública universitária consiste em serviços administrativos e de infraestrutura, envolvida com as atividades acadêmicas. O objetivo da gestão é aproveitar de melhor maneira os recursos humanos, físicos e financeiros da instituição.

De acordo com Ribeiro (2014, p. 5),

O formato da gestão universitária é desenhado nos Estatutos, a partir do que está posto na missão, nos objetivos e finalidades da instituição, certamente levando-se em consideração as rápidas mudanças ocorridas no campo político, social, econômico e cultural. Frente às mudanças, a política universitária de ensino, pesquisa e extensão também é organizada com base nos valores e crenças idealizadas pelos líderes gestores e posta em prática pelas pessoas, que compõem a universidade e, provavelmente, o recurso mais valioso da instituição.

Consequentemente esse quadripé universitário ensino, pesquisa, extensão e gestão são inseparáveis. O conhecimento produzido e aprendido na universidade deve ser socializado, ou seja, transmitido para a sociedade. Para que isso aconteça, as universidades realizam atividades de extensão, as quais estão relacionadas ao ensino, que, por sua vez, tenciona difundir o saber e também vincula-se à pesquisa, pois as ações são fundamentadas no conhecimento científico. Já a gestão confere suporte técnico-administrativo para que as outras funções universitárias sejam desenvolvidas plenamente.

Dentre as diversas funções da Universidade, o presente estudo foca-se na extensão que contribui fortemente para a formação dos universitários, mas com interfaces em ensino (já que o conhecimento é difundido à comunidade) e à pesquisa, da qual resultou o presente estudo. Focou-se, contudo, nas atividades de extensão que estabelecem uma inter-relação da Universidade com os demais setores da sociedade, visando ações transformadoras, voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, contribuindo, em seguida, para o desenvolvimento social e regional, tal como para o aprimoramento das políticas públicas (BRASIL, 2012).

Por intermédio das atividades de extensão, os universitários associam a teoria estudada ao ambiente prático da realidade social.

Para Achterberg (1988), quando os estudantes não conseguem estabelecer relação entre a teoria estudada e a situação prática, acontece a chamada “teoria desconexa”, impedindo uma apreensão do conhecimento. Por outro lado, não vincular a prática à teoria gera um empobrecimento teórico da formação, desestimulando o enfrentamento das dificuldades de compreensão e aprendizagem dos alunos e professores (conforme também estabelece Mogika, 2003). Esse abismo entre a teoria e a prática é percebido pelos graduandos da Universidade Federal de Viçosa-*campus* Rio Paranaíba, quando não conseguem relacionar a teoria jurídica ao seu cotidiano e também ao curso de graduação que realizam.

O *campus* de Rio Paranaíba da Universidade Federal de Viçosa (UFV-CRP) estimula a junção teoria e prática, por meio do desenvolvimento de ações extensionistas. O *campus* foi criado pela Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 08/2006, de 25 de julho de 2006, como resultado da adesão ao Programa de Expansão do Governo Federal, iniciando suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2007. Inicialmente, foram abertos os cursos de agronomia e administração, mas hoje há dez cursos, o que demonstra a evolução e consolidação desse *campus*, que, contudo, ainda enfrenta inúmeros problemas para a sua consolidação.

Um desses desafios é a evasão dos discentes. Conforme dados divulgados no Relatório das Atividades da Universidade Federal de Viçosa- UFV em Números 2015 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016), estavam matriculados na graduação, em 2014, 2.097 (dois mil e noventa e sete) alunos, mas apenas 272 (duzentos e setenta e dois) alunos conseguiram graduar-se, isto é, menos de treze por cento (exatamente 12,97%) dos ingressantes. Dessa conclusão, advêm algumas hipóteses que apontam para as causas desses problemas, tais como a deficiência no aprendizado pretérito do aluno que o impede de acompanhar o curso de graduação, falta de estrutura da UFV-CRP (situação comum entre os *campi* fora da sede), dificuldades administrativas, escassez de recursos financeiros, agravada pela atual crise financeira que assola o país, e também falta de preparação do professor para ensinar e estimular o aprendizado do aluno.

As disciplinas jurídicas ministradas nos cursos de administração e ciências contábeis na UFV-*campus* Rio Paranaíba preveem uma carga horária de 60 (sessenta) horas, voltada, tão somente, para teoria. Essa carga horária, além de ser muito baixa, porque o semestre é dotado de apenas 15 (quinze) semanas letivas (diferente das tradicionais dezoito semanas adotadas em outras instituições, como a Universidade Federal de Uberlândia), destina-se a um conteúdo muito extenso, o que vem inviabilizando outras atividades, além do conteúdo teórico. Por consequência é comum existir dificuldades agudas em apreender e aplicar o direito em suas áreas de estudo (administração e ciências contábeis), pois nesses cursos há várias disciplinas jurídicas. Tal fato pode ser observado por meio dos projetos pedagógicos dos cursos de administração e ciência contábeis, os quais contêm disciplinas de instituições de direito, direito trabalhista e previdenciário, tributário, empresarial e também do consumidor.

A disciplina de instituição de direito é a matéria introdutória do direito nos cursos de administração e ciências contábeis, cujo conteúdo objetiva ensinar os principais institutos jurídicos, como o direito público e o direito privado, conceito de direito, suas divisões, fonte, princípios, interpretação, oferecendo de forma clara e sucinta noções da ciência jurídica e práticas do direito aos discentes, bem como fornecendo base teórica para as demais disciplinas jurídicas, por exemplo, o que é Lei, como a Lei é criada, como se organiza um

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

texto de Lei, conhecer e compreender a Constituição, os direitos e as garantias fundamentais do homem (OLIVEIRA; TÁGORY, 2010).

As disciplinas de direito do trabalho e previdenciário possuem, de acordo com Ribeiro (2002), notável importância para o contabilista e administrador na elaboração de relatórios, registros, normas de cálculos, análise e elaboração de folhas de pagamentos, encargos sociais e trabalhistas, convenções e acordos coletivos de trabalho. Administradores e contabilistas devem ter conhecimentos sobre o que dispõe a Consolidação da Lei do Trabalho- CLT e demais Legislações Trabalhista e Previdenciária, pois precisam orientar seu empregador ou clientes a respeito da obrigatoriedade de certos procedimentos a serem adotados pela empresa, notadamente na área de recursos humanos e trabalhista-fiscal.

Além do direito trabalhista, a legislação tributária possui notável importância para os referidos profissionais, pois envolve as normas e os princípios que regulam as atividades financeiras relacionadas com a instituição, bem como a cobrança de tributos que são os impostos, taxas e contribuições, tanto municipais, como estaduais e federais. O direito fiscal é uma importante ferramenta para se poder conhecer os fatos que geram esses tributos, dando a conhecer sobre o modo de recolhimento, aspectos legais, receitas e despesas (RIBEIRO, 2002). A utilização da legislação tributária proporciona aos administradores e contabilistas um entendimento do cumprimento de suas obrigações legais, tornando esses profissionais qualificados a atuar em seu ramo de trabalho. A administração e a contabilidade se relacionam intimamente com o direito tributário, notadamente quando se refere ao planejamento, o qual é utilizado para a minimização de tributos, reduzindo o ônus para a empresa.

Já o direito empresarial contempla toda essa atividade econômica, estuda os conceitos de empresário e as diferentes atividades que envolvem esse ramo jurídico, tais como os tipos de sociedades e estabelecimentos. Prescreve, ainda, os procedimentos adequados para a escrituração, registros contábeis, como também normas que vão desde abertura até o fechamento das sociedades com fins lucrativos, a exemplo de inscrições e matrículas nos órgãos públicos, contratos, títulos de créditos entre outros (RIBEIRO, 2002).

Ademais, o direito do consumidor dispõe sobre as relações consumeristas dos cidadãos e seus direitos e garantias em relação aos fornecedores de produtos ou serviços. A Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) estabelecem normas de proteção e defesa dessa classe que, por sua relevância, são assuntos de ordem pública e interesse social. A legislação determina que a parte mais fraca nessa relação jurídica seja protegida de práticas lesivas e abusivas, como produtos perigosos, publicidade enganosa e informações falaciosas. Os mencionados diplomas normativos garantem, ainda, diversos direitos, como informações claras que discriminem especificações, características e composições dos produtos, além de assegurar instrumento para a efetivação de direitos, como o acesso à Justiça, notadamente os Juizados Especiais e o PROCON¹, amparando, ao máximo, o consumidor na defesa de seus direitos. O conhecimento em relação ao comportamento dos consumidores de determinado produto e/ou serviço é primordial para o desenvolvimento das empresas no mercado para que os administradores e contabilistas tomem decisões orientadas para as atividades e preferências de seus clientes, maximizando a rentabilidade e potencializando o desenvolvimento da empresa (PIMENTA, 2011).

Embora, conforme já mencionado, haja íntima relação da administração e contabilidade com o direito, há diversas dificuldades em se apreender e aplicar a ciência jurídica nas referidas áreas de estudo. Esse obstáculo de conciliar disciplinas tão distintas é percebido pelos

¹ Procon: Programa de Proteção e Defesa do Consumidor.

administradores e contabilistas tão logo começam a realizar atividades práticas, como o estágio, que envolvem o direito, pois muitas informações difundidas nos manuais e na legislação são difíceis de aplicar à realidade.

No ensino de disciplinas jurídicas, é comum haver dificuldades agudas em apreender e aplicar o direito em suas áreas afins. Isso se justifica por diversos fatores, dentre eles, destaca-se o jargão jurídico, dotado de conceitos técnicos e complexos, os quais, apesar de conferir cientificidade e especificidade aos termos, faz com que o direito seja dotado de um exacerbado tecnicismo, difícil de ser compreendido pela população e também pelos discentes. Os manuais de direito, chamados de doutrina, em sua maioria, valem-se de uma linguagem rebuscada com informações extensas e complexas e também são caracterizados pela falta de ilustrações, esquemas e quadros sinópticos – recursos estes eficazes para o ensino e para a divulgação de informações. Outro fator é uma falha didática enraizada na cultura educacional brasileira, que é o ensino dissociado da prática, ou seja, do dia a dia das pessoas. Não é difícil aos educadores do direito serem indagados sobre a utilidade de determinada informação e como esse conhecimento pode ser útil à sociedade. Por consequência, o direito, embora envolva o cotidiano de todas as pessoas, não é entendido e, por esse motivo, as pessoas não o aplicam, seja cometendo transgressões às normas jurídicas, seja deixando de reivindicar e exigir seus direitos.

Se as dificuldades em se aplicar o direito na vida acadêmica são muitas, mais árduas são as barreiras do leigo – muitas vezes desprovido de educação formal – em apreender e aplicar o direito. Isso gera como reflexo, a violação de normas jurídicas pelo desconhecimento da lei e gera, ainda, uma inatividade da sociedade no que tange à reivindicação de seus direitos.

O conhecimento do direito não pode ser incompreensível e distante para a sociedade. Ele deve ser valorizado por ser existente no cotidiano das pessoas, isto é, ele não surge apenas em momentos de conflitos, de extrema necessidade nem é devido apenas para uma pequena parcela privilegiada da população (COLAÇO, 2011). Portanto, é inadequada a assertiva de que apenas os profissionais jurídicos lidam com a legislação. Frise-se que outros profissionais, como administradores e contabilistas, além de todos os membros da comunidade em geral, se deparam com as mais diversas situações no seu dia a dia e vários assuntos podem ser resolvidos por meio do conhecimento ou consulta à legislação brasileira.

Ramón Daniel Pizarro (2000) observou que certos produtores e fornecedores de produtos e serviços descumprem, com enorme frequência, seus deveres legais e suas obrigações contratuais, causando danos aos consumidores, sem preocupação com as consequências de seus atos. Um dos principais motivos para essa lastimável situação é porque o número de consumidores que efetivamente irão a juízo postular uma reparação quase sempre será muito menor do que o daqueles que não o farão, o que está associado à falta de conhecimentos e de informações.

Tal situação gera uma reação em cadeia com prejuízos para toda a sociedade, conforme concluiu o relatório produzido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na pesquisa intitulada “Perfil das maiores demandas judiciais do TJERJ”, coordenado pelo Desembargador Jessé Torres (ANDRADE, 2008). O mencionado relatório concluiu que as principais empresas fornecedoras de produtos e serviços, contra as quais há um elevado número de ações no Judiciário, são pouco preocupadas com a qualidade no atendimento aos seus clientes e usuários, desrespeitando, com frequência, a legislação vigente e, por conseguinte, causando danos materiais e/ou morais. A lógica adotada por essas empresas é muito simples: é muito mais oneroso solucionar o problema do que eventualmente custear

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

uma ou outra indenização por danos materiais ou morais, já que há uma grande inércia por parte dos prejudicados em pleitear seus direitos.

O desconhecimento do Código de Defesa do Consumidor faz com que muitos consumidores sejam vítimas desses abusos por parte de fornecedores de produtos ou serviços, deixando de defender seus direitos por desconhecer o alcance da proteção a esses direitos. Não conhecer e não reivindicar os direitos não acarreta prejuízos apenas ao indivíduo, mas à coletividade, pois o agente omissor não tem ciência da repercussão de seu comportamento em toda a sociedade nem de seus efeitos futuros.

Tendo como objetivo amenizar esses problemas, surgiu o projeto “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”, que teve como objetivo disseminar o conhecimento jurídico das áreas de direito de empresa, do consumidor, do trabalho e tributário, aplicado às práticas profissionais contábeis e administrativas na cidade de Rio Paranaíba e em cidades vizinhas, tendo como norte a aproximação entre a teoria e a prática, disseminando um conhecimento integrado que possibilitasse que a sociedade compreendesse e exercesse seus direitos e deveres, conforme será exposto nas seções que sucedem.

32

METODOLOGIA

A ciência tem como finalidade principal chegar à veracidade dos fatos. Segundo Gil (2007, p. 26), “neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade”. Afirma ainda que é necessário definir o método que ocasionou chegar ao conhecimento, para que este seja considerado científico. Assim sendo, classifica método como o “caminho para chegar a determinado fim, e método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento” (GIL, 2007, p.26).

Do mesmo modo, Prodanov e Freitas (2013, p.26) definem o método como “o caminho, a forma e o modo de pensamento. É a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos. Sendo o conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa”.

A presente pesquisa é bibliográfica, pois foi elaborada com base em livros, publicações em periódicos, artigos científicos, monografias, dissertações e teses. Já em relação aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, visto que, são descritas as ações do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.52):

Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador [...]. Uma das características mais significativas das pesquisas descritivas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática.

A técnica de coleta de dados foi o questionário estruturado, com perguntas simples e diretas. Os questionários foram aplicados como método de avaliação dos minicursos que integravam as ações extensionistas já mencionadas.

Além do mais, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa, tendo como objeto de estudo os dados obtidos na avaliação dos minicursos. Segundo os autores Prodanov e Freitas (2013, p.70):

[...] A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

Para o desenvolvimento do projeto de extensão “a Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”, foram, inicialmente, realizadas consultas orais feitas aos discentes e membros da sociedade, a fim de se levantar temas a serem desenvolvidos por intermédio de minicursos.

Optou-se pela realização destes, pois, pela experiência dos desenvolvedores do projeto, cursos de longa duração geravam, inicialmente, uma alta adesão de participantes. Mas com o decorrer do curso, muitos desistiam, sobretudo os discentes, quando se deparavam com outras atividades prioritárias, como trabalhos e provas das disciplinas que cursavam. Por isso, foram realizados minicursos concentrados em um ou dois dias durante períodos letivos em que os alunos, geralmente, tinham menos atividades acadêmicas.

Definidos os temas, foram, em seguida, realizadas pesquisas bibliográficas no afã de se desenvolver o melhor modo de divulgar e ensinar os temas levantados. Para a realização dos minicursos, também era comum realizarmos visitas ou entrevistas curtas em instituições, como Prefeituras, Procon, escritórios de contabilidade, de advocacia etc, a fim de se pesquisar e coletar informações de como a teoria é aplicada no dia a dia desses profissionais. Os minicursos eram desenvolvidos com a preocupação de se proporcionar um conhecimento prático, ou seja, buscou-se ensinar como fazer e não há método mais eficiente para tal desiderato a não se fazer. Por isso, a parte teórica foi concisa e sucinta, de modo a se focar nos ensinamentos práticos.

As avaliações dos minicursos foram realizadas mediante aplicações de questionários com questões concisas, mas suficientes para averiguar a opinião e a compreensão do interlocutor em relação aos minicursos. Esses questionários foram respondidos por conceitos, sendo eles: insuficiente, médio, bom e excelente.

Concomitantemente à realização dos minicursos, foram elaborados materiais didático-informativos, como, folders, cartilhas e panfletos, servindo como base para consultas,

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

pesquisas e informações práticas dos temas a serem difundidos. A parte artística desses materiais foi elaborada por um componente do grupo, com aptidão para tal.

Foi desenvolvida, ainda, uma página na rede social Facebook, com o intuito de divulgar as ações do projeto e postar notícias objetivas, envolvendo temáticas de interesse dos pesquisados, notadamente discentes, administradores e contabilistas. A avaliação das notícias publicadas na página do Facebook foi realizada por meio da quantidade de acessos, uma vez que o site possibilita facilmente a visualização dos internautas que observaram as informações postadas.

As ações extensionistas propostas foram compatíveis com a política da Universidade Federal de Viçosa, uma vez que buscou aproximar a sociedade da universidade que teve acesso às práticas contábeis e administrativas, estreitamente vinculadas ao direito, de forma lúdica (com práticas simuladas), ilustrada (com folders e outros materiais visuais) e voltada para o cotidiano da população.

Os minicursos foram direcionados para os alunos e também a sociedade, sendo realizados na UFV- *campus* Rio Paranaíba, envolvendo a temática das disciplinas de direito, administração e contabilidade e buscando ensinar como fazer. Foram ministrados os seguintes minicursos: “Aprenda a declarar o imposto de renda na prática”; “Atuação das empresas e a proteção dos direitos humanos”; “Conheça como exigir seus direitos de consumidor: das reclamações, pedidos junto ao PROCON e processos judiciais nos Juizados Especiais Cíveis”; “Direito previdenciário em seus aspectos práticos”; “Planejamento tributário - Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços –ICMS” e “Planejamento tributário- ITBI no município de Rio Paranaíba-MG”.

Ao realizar esses minicursos, tenciona-se levar o conhecimento para além da sala de aula, na perspectiva de que os discentes e não discentes têm a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e colocá-los em prática. Como já mencionado, Freire (2011) frisa que ensinar não é somente transferir o conhecimento, e sim criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção e, para que isso ocorra, é necessário ter a junção com a prática.

Para tal fim, foram realizados exercícios e simulações durante os minicursos. A utilização desses materiais de apoio junto aos participantes é um complemento teórico e que colaborou no aprendizado durante as apresentações, uma vez que promoveu a participação e o debate de todos; ademais, os participantes se mostraram mais interessados e houve uma maior interação.

O objetivo do minicurso “Aprenda a declarar o imposto de renda na prática” foi ensinar na prática como fazer a declaração do imposto de renda diretamente no Programa da Receita Federal, com casos práticos e com noções de planejamento tributário, para facilitar o preenchimento da declaração do imposto de renda pessoa física. Esse minicurso foi realizado no Laboratório de Informática da UFV/CRP, no qual o aluno aprendeu a fazer a declaração fazendo, por meio dos problemas práticos apresentados pelo ministrante. Observamos que os alunos se mostraram mais interessados e que as conversas paralelas foram voltadas ao tema. Ao final, os alunos avaliaram isso, demonstrando que eles já saíram de sala de aula se sentindo aptos a realizar a declaração de imposto de renda.

Já o minicurso “Atuação das empresas e a proteção dos direitos humanos” teve como finalidade mostrar a realidade das multinacionais em relação aos direitos humanos, apresentando exemplos práticos, envolvendo casos de desrespeitos e violações dessas garantias fundamentais por parte das empresas ou por cumplicidade destas, mas que a

sociedade não fica sabendo, uma vez que essas conseguem camuflar, e sua amplitude, bem como seu impacto na sociedade.

Ademais, o objetivo do minicurso “Conheça como exigir seus direitos de consumidor: das reclamações, pedidos junto ao PROCON e processos judiciais nos Juizados Especiais Cíveis” era apresentar de maneira objetiva e de fácil entendimento os princípios gerais e os seus direitos básicos, orientar a quem recorrer em casos de abusos praticados pelos fornecedores de bens e/ou serviços; reivindicar e fazer valer os seus direitos garantidos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Com o intuito de promover o conhecimento da legislação previdenciária de modo prático e didático, ministrou-se o minicurso “Direito previdenciário em seus aspectos práticos”, apresentando as recentes alterações ocorridas nas Leis específicas e na Constituição Federal, ensinando os conceitos de Seguridade Social; conceito, histórico e órgão responsável da Previdência Social; quem são os contribuintes e dependentes e os benefícios dos contribuintes.

Com o propósito de ensinar os participantes sobre os procedimentos teóricos e práticos, as tipicidades, características, o cálculo e o recolhimento do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), bem como a utilização de meios eficazes, visando à diminuição desse ônus tributário, foi realizado o minicurso “Planejamento tributário - Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços –ICMS”.

Já o minicurso “Planejamento tributário imposto de transmissão de bens imóveis inter vivos (ITBI) - no Município de Rio Paranaíba-MG” ensinou a realizar a declaração do imposto por meio de estudo de caso prático, tendo em vista capacitar os alunos para uma melhor aplicação da legislação tributária na arrecadação.

Além dos minicursos foi proferida uma palestra na escola municipal Pio X, para alunos do terceiro (3º) ano do ensino médio, em São Gotardo, com o tema: “Educação financeira: Aprenda a lidar com as inadimplências, cobranças de dívidas, constrangimentos judiciais e saiba exigir seus direitos de consumidor”. Dentre os assuntos abordados, os alunos obtiveram conhecimento sobre os seus direitos e deveres de consumidores, a importância da educação financeira, as consequências do inadimplemento e onde procurar ajuda nos casos de abusos por partes dos fornecedores.

Outra ação desse projeto foi a elaboração e distribuição de folders informativos no *campus* da Universidade Federal de Viçosa - Rio Paranaíba e em pontos estratégicos da cidade Rio Paranaíba, tais como: comércios, Restaurante Universitário, Prefeitura e Câmara Municipal, com temas atuais que envolvem as disciplinas de administração, contabilidade e direito que fazem parte deste projeto. Dentre os vários folders distribuídos podemos mencionar como exemplo os seguintes que tiveram como temas o direito do consumidor e o direito previdenciário: “O serviço de telefonia lidera a lista de reclamações nos PROCONS, mas você conhece seus direitos?”, no qual foram listados os direitos dos usuários e obrigações da operadoras de telefonia em relação a adesão, cobrança, desbloqueio, cancelamento, relatório detalhado, tratamento não discriminatório e inadimplência.

Em outro folder, intitulado “O que mudou com as Medidas Provisórias nº 664 e nº 665, que alterou os benefícios previdenciários e trabalhistas?”, no qual exemplificava-se como eram e como ficaram, com as alterações da nova lei previdenciária, os benefícios de seguro-desemprego; abono salarial (PIS); seguro-defeso pescador; auxílio-doença e pensão por morte.

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

Além do mais, durante o projeto, foi criada a página “A Ciência Jurídica Aplicada nas Práticas Administrativas e Contábeis”² no site de relacionamento Facebook, com o intuito de apresentar à comunidade notícias em função informativa, relacionadas com o projeto de extensão, envolvendo temas de administração, contabilidade e direito, contextualizando de forma simples com fatos do dia a dia, abrindo espaços para o diálogo e discussões para o efetivo aprendizado.

As notícias publicadas objetivam colaborar para a formação dos discentes e também dos demais membros da sociedade. Tem como finalidade contribuir para o conhecimento científico quanto ao tema do ensino e fomentar um raciocínio reflexivo dos temas atuais, direitos e deveres associados às práticas contábeis e administrativas, incitando o cidadão ao cumprimento dos deveres e reivindicação dos direitos por meio dos recursos jurídicos e legais disponíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES.

Conforme já mencionado, há uma preocupação dos cursos de graduação em conferir noções essenciais de direito, já que esse ramo do conhecimento é essencial para a sociedade e para a formação dos discentes. É por meio do direito que se tem a base das normas e regras que norteiam a vida social. Portanto, o conhecimento do direito não pode ser incompreensível, nem acessível a uma pequena parcela privilegiada da população, nem, ao menos, recorrível apenas em momentos de conflitos, mas deve ser valorizado no dia a dia desses profissionais.

Diante dessas dificuldades em aplicar o direito, o presente projeto visou integrar as disciplinas jurídicas de direito às áreas de administração e contabilidade, através da realização dos minicursos, palestra, criação da página no Facebook e a distribuição de folders informativos.

Esses minicursos contaram com a participação de discentes dos cursos de Administração, Ciências de Alimentos, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Sistemas de Informação e de não discentes.

Foi aplicado o mesmo questionário para os cinco minicursos, com as seguintes perguntas:

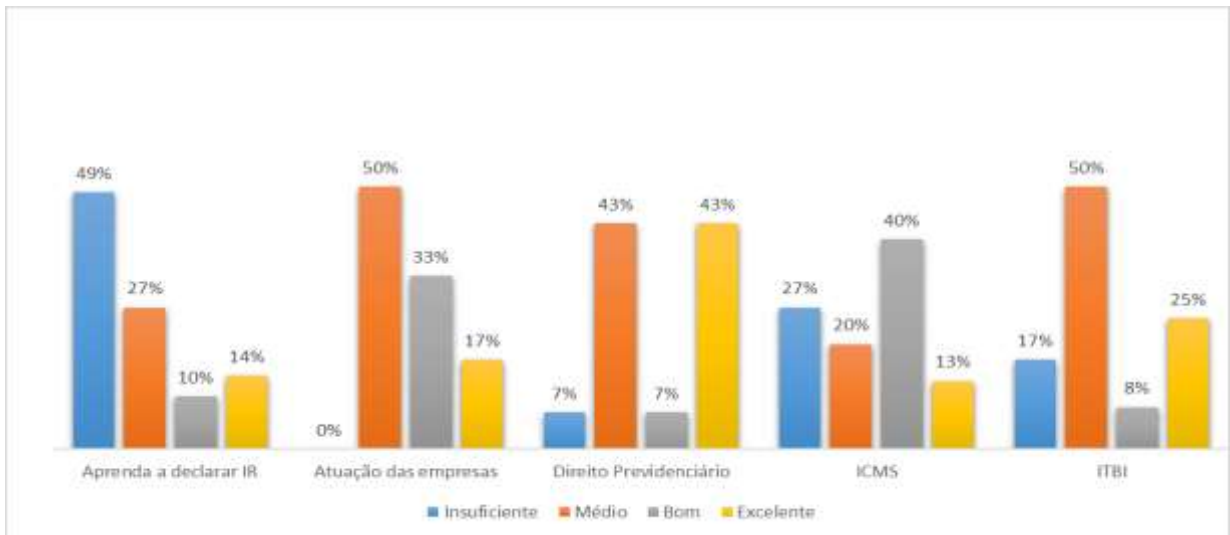
- Ao apresentar-se neste minicurso os seus conhecimentos sobre as temáticas abordadas eram?
- Este minicurso correspondeu ao que dele esperava, tendo sido útil?
- O ministrante conseguiu criar um clima propício à participação?
- Os Exercícios de Apoio foram adequados?
- Os Meios audiovisuais utilizados foram adequados?
- Conciliou teoria e prática obtendo bom resultado?
- Esse minicurso lhe ajudará em sua vida prática ou profissional?

Os resultados foram tabulados em relação às perguntas cujos conceitos são: insuficiente, médio, bom e excelente, sendo apresentados e analisados de acordo com a média dos conceitos de cada minicurso, como demonstrado a seguir:

² Link da Página no Facebook <https://www.facebook.com/A-ci%C3%Aancia-jur%C3%ADdica-aplicada-nas-pr%C3%A1ticas-administrativas-e-cont%C3%A1beis-328857597311729/#>. Acesso em 07 de set. 2016.

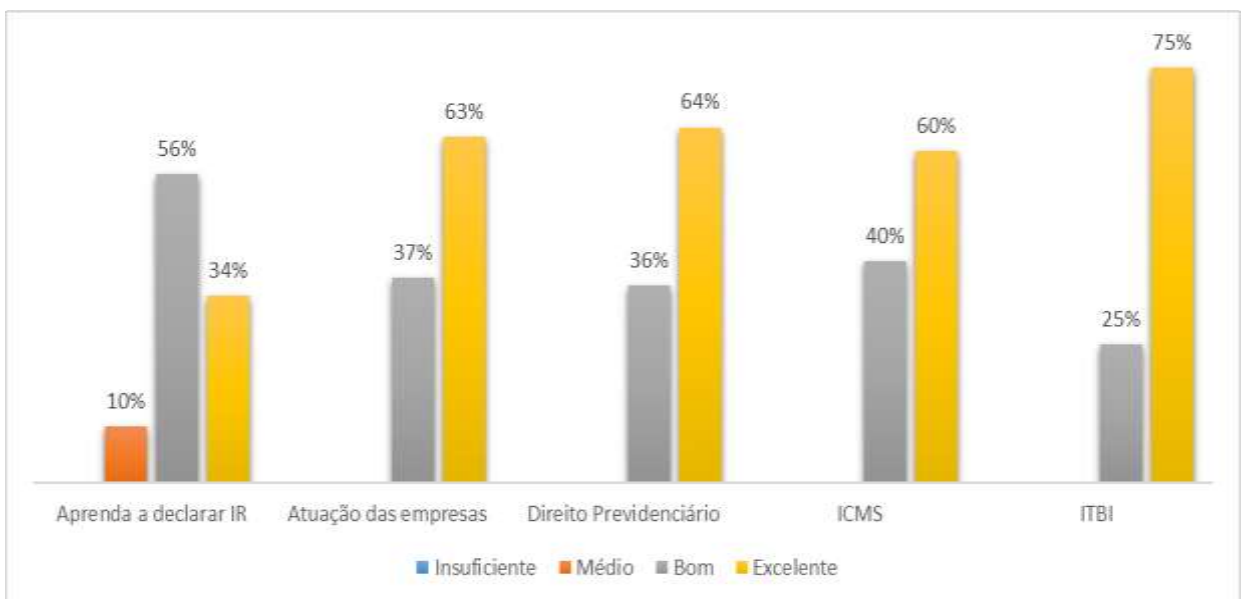
De acordo com a avaliação realizada pelos participantes, os minicursos tiveram uma ótima aceitação, uma vez que estavam bem organizados e os ministrantes possuíam conhecimentos satisfatórios para a realização destes, conforme se pode observar pelos gráficos abaixo:

Gráfico 1- Ao apresentar-se neste minicurso os seus conhecimentos sobre as temáticas abordadas eram?



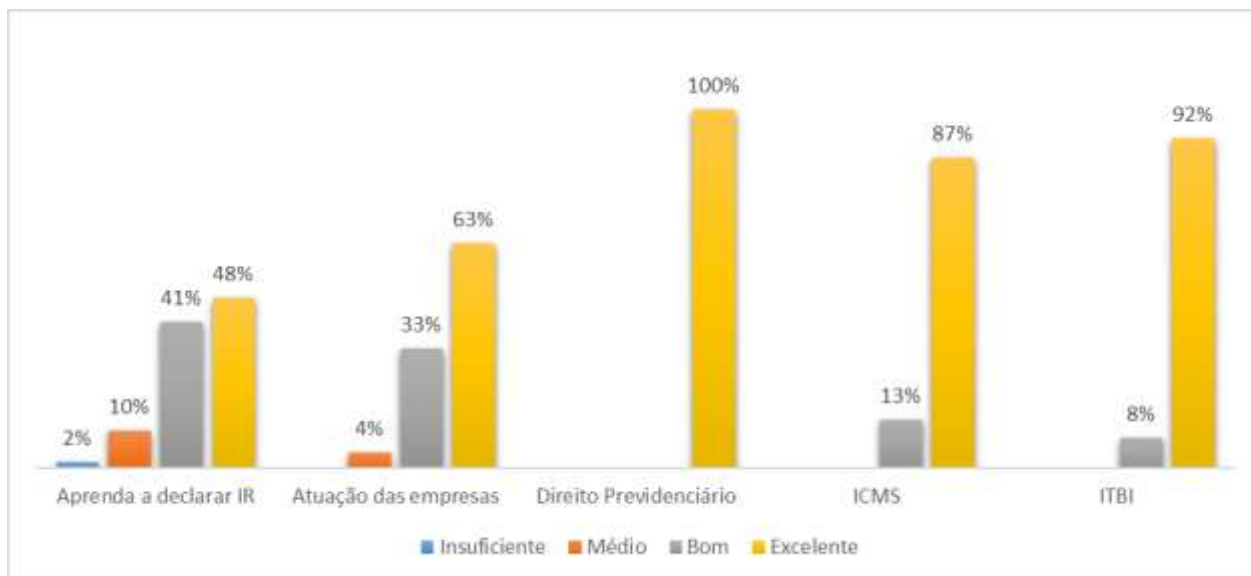
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 2- Este minicurso correspondeu ao que dele esperava, tendo sido útil?



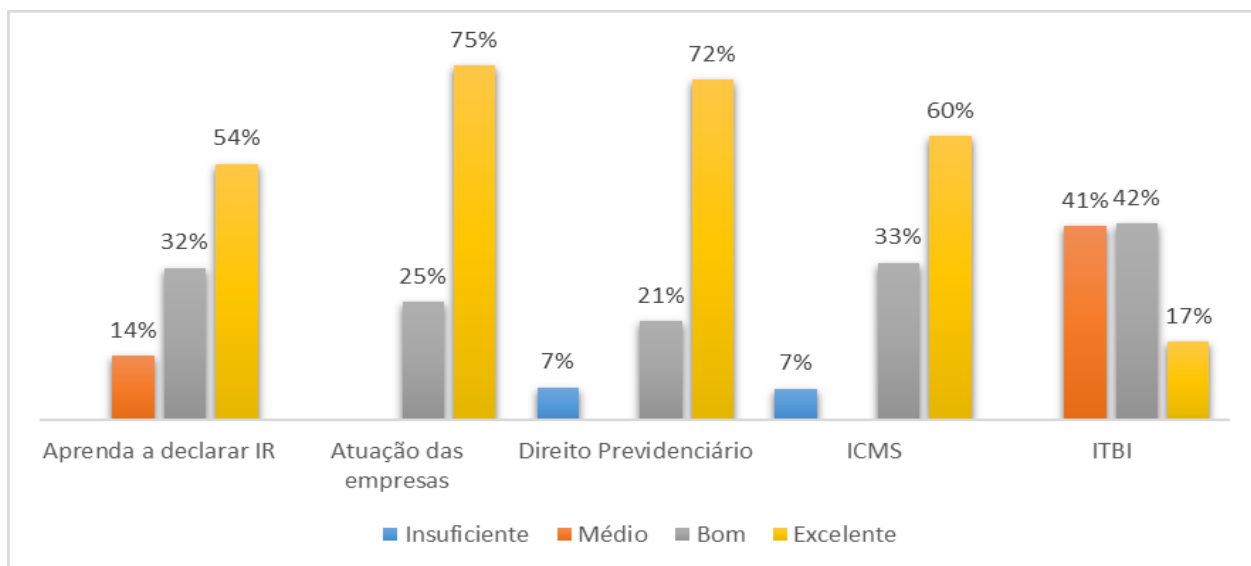
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 3- O ministrante conseguiu criar um clima propício à participação?



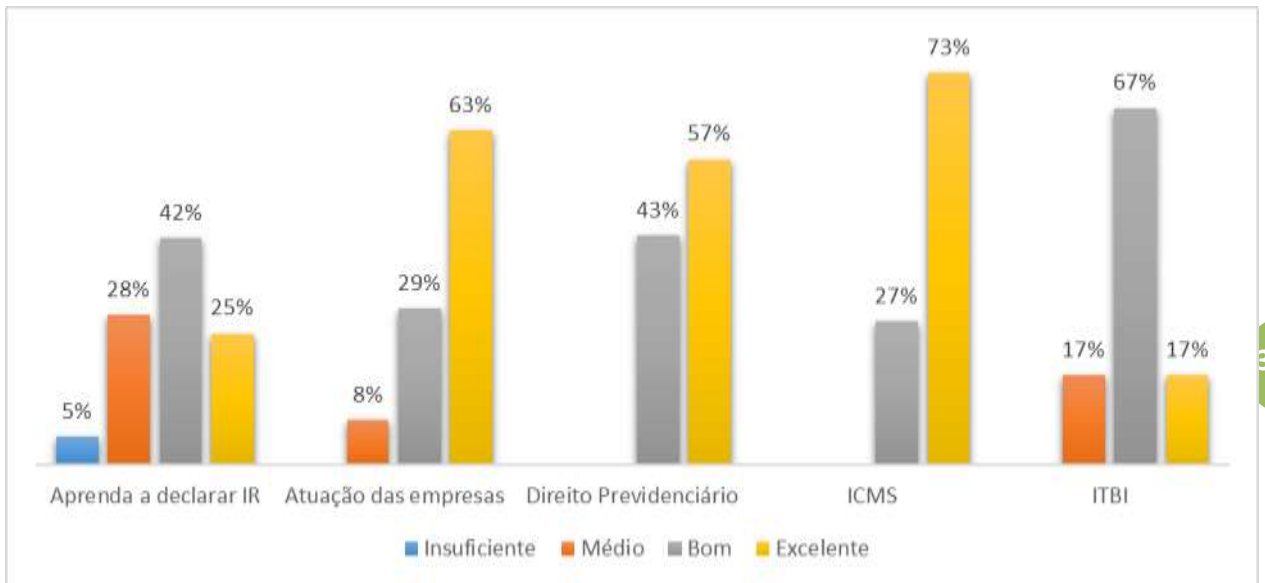
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 4- Os Exercícios de Apoio foram adequados?



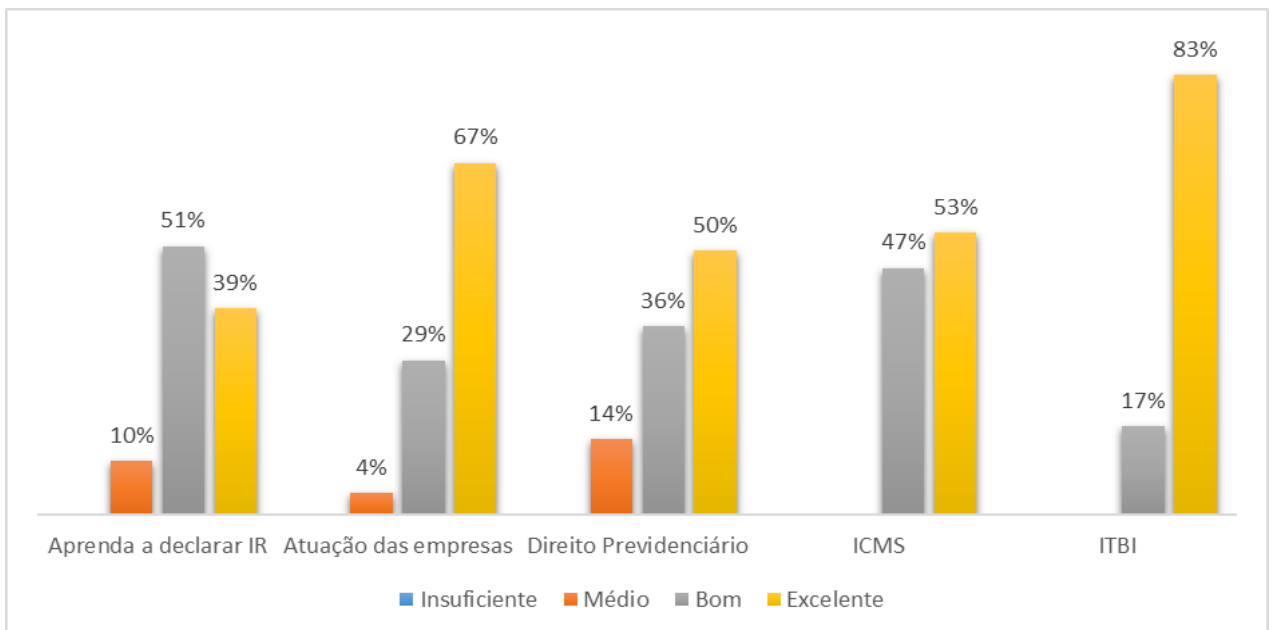
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 5- Os Meios audiovisuais utilizados foram adequados?



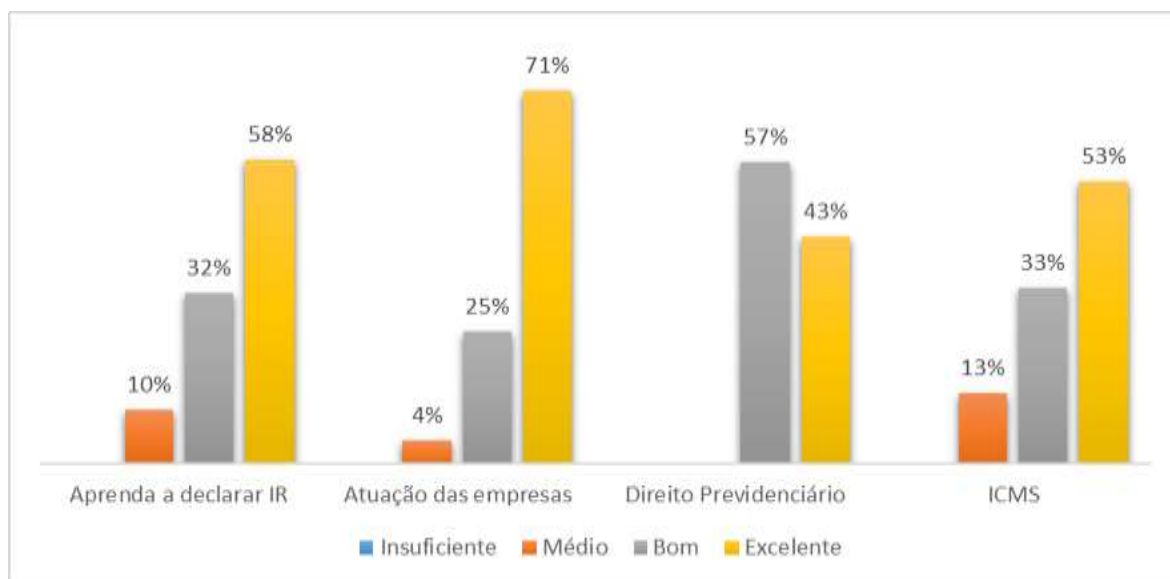
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 6- Conciliou teoria e prática obtendo bom resultado?



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 7- Esse minicurso lhe ajudará em sua vida prática ou profissional?



Fonte: Elaboração Própria

Ao analisarmos o gráfico 1, notamos que, em média, quase 60% dos alunos não tinham conhecimentos sobre os temas apresentados antes dos minicursos. Entretanto, no decorrer da apresentação, esses conceitos foram alterados.

Para 98% dos participantes, os minicursos corresponderam às expectativas, tendo sido úteis (gráfico 2); além disso, buscou-se uma estreita interação entre os participantes e os ministrantes, que eram professores e alunos da própria Universidade e proporcionaram uma alta interação durante as apresentações.

Além do mais, no gráfico 3, percebe-se que em média, quase 97% dos participantes concordaram que os ministrantes incentivaram a interação. Possibilitar essa participação no decorrer dos minicursos promove uma troca de experiências e obtenção de novos conhecimentos, uma vez que os participantes são ouvidos e suas opiniões devem ser consideradas.

Para fomentar essa interação, utilizou-se de simulações e exercícios aplicados à realidade, envolvendo as temáticas abordadas, estimulando o educando a participar, opinar e contribuir para o conhecimento, com cunho teórico, prático e interdisciplinar (administração contabilidade e direito).

Essa forma de realização dos minicursos observou os ensinamentos de Freire (1985), segundo os quais o educando assimila melhor o objeto de estudo se lhe são proporcionados conhecimentos práticos de acordo com a realidade. Pode-se citar, como exemplo, o minicurso “Aprenda a declarar o imposto de renda na prática”, que, conforme já mencionado, foi realizado na prática diretamente em software da Receita Federal do Brasil. Vincular a teoria com a prática trouxe excelentes resultados, pois os exercícios de apoio e os meios audiovisuais utilizados para as apresentações foram considerados satisfatórios, visto que a soma das médias foi de 88% nos conceitos bom e excelente (gráficos 4 e 5).

Já nos gráficos 6 e 7 observa-se que, em média, 95% dos participantes concordaram que os minicursos conciliaram a teoria com a prática, que produziram um bom resultado e que vão ajudar na sua vida prática ou profissional.

Como mencionado, o uso dos exercícios práticos e a interação entre participantes e ministrantes foram os responsáveis por esse resultado positivo, uma vez que houve a junção da teoria com a prática, sendo os objetivos propostos alcançados.

Observou-se, ainda, por meio de diálogo entre ministrantes e participantes, a necessidade de que mais atividades como estas fossem realizadas, sobretudo porque o conteúdo é muito extenso para a carga horária das disciplinas jurídicas da UFV-CRP.

Ademais, as notícias publicadas na página do Facebook foram avaliadas através das quantidades de acessos, pois tais sites possibilitam facilmente a visualização dos internautas que observaram as informações. A página conta com 91 seguidores, que tem acesso às notícias publicadas semanalmente. O contato por meio da página do Facebook aproxima não somente os discentes, mas toda a sociedade, visto que convida a participar, opinar e contribuir para o conhecimento e os mesmos podem ter rápido acesso aos conteúdos acadêmicos relacionados ao projeto e às legislações. Ter acesso à página é bastante relevante, dado que esta é uma ferramenta utilizada para pesquisa, informação e obtenção de novos conhecimentos.

Por se referir a um projeto prático junto à comunidade acadêmica e não acadêmica, a equipe do projeto teve dificuldades em efetivamente trazer membros da comunidade externa para participar do projeto, embora houvesse extensivo trabalho de divulgação nesse sentido em site e também em locais públicos de fácil acesso. Atribui-se essa dificuldade também a uma falha no transporte público entre a cidade de Rio Paranaíba-MG e a Universidade. Além disso, houve grande demanda de estudantes para o minicurso “Aprenda a declarar o imposto de renda na prática”; entretanto, devido a diversos fatores, como indisponibilidade do palestrante, não foi possível a realização de outra apresentação e, por isso, houve uma extensa lista de espera não atendida.

Outra dificuldade enfrentada é em relação à página do projeto no Facebook, que apesar de toda a divulgação, teve uma baixa quantidade de curtidas (91), ou seja, é baixa a quantidade de pessoas que têm acesso diário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração e a ciências contábeis caminham juntas com a ciência jurídica. O ensino do direito tem impacto direto no modelo contábil e administrativo por meio de padronização de procedimento ou pelas constantes alterações das leis que regulamentam o exercício da profissão. Disciplinas de direito têm colaborado como nenhuma outra na formação do ensino superior de administração e de ciências contábeis, principalmente em suas inúmeras áreas de especialização.

O desenvolvimento desse projeto visou fomentar um raciocínio reflexivo dos direitos e deveres, associados às práticas contábeis e administrativas, incitando o cidadão ao cumprimento dos deveres e reivindicação dos direitos por meio dos recursos jurídicos e legais disponíveis. Objetivou-se que as pessoas participassem de forma ativa (e não como meros espectadores) na construção das práticas jurídicas. Pretendeu-se também conciliar ensinamentos teóricos à prática, amenizando deficiências didáticas inerentes ao sistema brasileiro de ensino. Enfim, aproximou a Universidade da sociedade de Rio Paranaíba e

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

também de regiões vizinhas, relacionando os conhecimentos científicos ao dia a dia com um linguajar de fácil acesso.

Os objetivos e os motivos já mencionados tornam evidente que esse projeto foi socialmente relevante, na medida em que possibilitou ao discente e aos membros da sociedade conhecer e aplicar os ensinamentos jurídicos em sua realidade, assim como objetivou a inclusão social por meio do ensino jurídico, o que observou o ideal democrático e uma maior participação na sociedade.

The theoretical and practical interdisciplinary teaching in the development of the extension project " A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis "

42

Abstract

This article reports the experience and data obtained with the development of the extension project, applied at the Federal University of Viçosa - Campus Rio Paranaíba, called "The legal science applied to administrative and accounting practices". This project, which was developed in 2015, has the objective of integrating the legal disciplines with the areas of accounting and administration with a theoretical-practical approach. It also aimed disseminate in the society the understanding about legal rights and duties, through practical mini-courses, informational folders, news database on social media. This project was socially relevant since it enabled the student and the members of society to know and apply the legal teachings in their reality. In addition, it proposed an effective participation and social inclusion in respect to the democratic ideal.

Key Words: Education. University Extension. Law School. Interdisciplinarity.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano moral em caso de descumprimento de Obrigação Contratual**. 18 ago. 2008. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=a2768f6d-cc2b-4bc6-bc84-d02365e35763&groupId=10136>. Acesso em 08 jun.2016.

ASSIS, Renata Machado; BONIFÁCIO, Naiêssa Araújo. **A Formação Docente na Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão**. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.1, n.3, p.36-50, set./dez. 2011. Disponível em: <http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=educacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1515&path%5B%5D=pdf_97>Acesso em: 02 mar. 2016.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado>. Acesso em: 02 mai. 2016.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESU/MEC**. Manaus/AM. Maio. 2012. Disponível em: <[pdi.ufabc.edu.br/wp.../09/Plano-Nacional-de-Extensão-Universitária-2011-2020.pdf](http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/Plano-Nacional-de-Extensao-Universitaria-2011-2020.pdf)> Acesso em: 01 mai. 2016.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório de Atividades 2016. Ano Base 2015**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG, 2016. Disponível em: <<http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2012/05/Relatorio-Atividades-2016-A4-com-capa.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2016.

COLAÇO, Thais Luzia. **Ensino e Pesquisa do Direito e da Antropologia Jurídica**. Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais. Curitiba, Edição Especial v. 3, n.º 16, p. 1-12, 2011. Disponível em <<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/770/724>> Acesso em: 11 set. 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2009.120p. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 11 set. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2ª impressão da 43ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 261 p. - (Coleção Magistério 2º grau. Série Formação do Professor)

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.408 p.

MORAN, José Manuel. **A Educação que Desejamos: Novos Desafios e Como Chegar Lá**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 174 p.

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

MOGIKA, Maurício. **Educar para a democracia**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo/SP, n.º 119, p. 129-146. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a07.pdf>> Acesso em 10 dez. 2015.

OLIVEIRA, João Rezende Almeida; TÁGORY, Figueiredo Martins Costa. **Instituições de direito público e privado** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 160p.: il.

PIMENTA, Renata Lucia de Abreu. **O processo de tomada de decisão dos consumidores de móveis residenciais de decoração em Belo Horizonte**. 2011. 129 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Administração) - Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, 2011. Disponível em <http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2011/dissertacao_renata_lucia_de_abreu_pimenta_2011.pdf> Acesso em 06 ago. 2016.

PIZARRO, Ramón Daniel. **Daño moral**. Buenos Aires: Hammurabi. 2000.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Até onde caminham juntos a Contabilidade e o Direito?** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511989000100004> Acesso em 23 set. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 227 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em 10 set. 2016.

RIBEIRO, Jorge Alberto Péres. **O papel do Direito na Contabilidade**. Revista da FARN, v.2, n. 1, p. 81-88, jul-dez 2006. Disponível em:<<http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/6>> Acesso em 10 dez 2015.

RIBEIRO, R. M. C. **Os desafios contemporâneos da gestão universitária: discursos politicamente construídos**. Cadernos ANPAE, v. 1, p. 1-14, 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/RaimundaMariadaCunhaRibeiro_GT2_integral.pdf> Acesso em 18 mai. 2016.

Tainah Soares de Oliveira, Carlos Eduardo Artiaga Paula

SILVA. Rodrigo Brum. **Considerações sobre Código de Defesa do Consumidor e seus principais princípios.** Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22208/consideracoes-sobre-codigo-de-defesa-do-consumidor-e-seus-principais-principios>.> Acesso em 23 set. 2015.

O ensino interdisciplinar de caráter teórico-prático no desenvolvimento do projeto de extensão “A Ciência Jurídica Aplicada às Práticas Administrativas e Contábeis”

Data de submissão: 13/09/2016

Data de aceite: 20/09/2016